



## HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO DOS SURDOS NO BRASIL

Nerli Nonato Ribeiro Mori<sup>1</sup>  
Ricardo Ernani Sander<sup>2</sup>

O presente artigo abrange o intervalo histórico no Brasil a partir dos meados do período do império até nossos dias, apresentando excertos que contemplam a educação de surdos na Europa, nos Estados Unidos e no Brasil. O início da história de educação de surdos no Brasil aconteceu em 1857, com a fundação da primeira instituição federal de ensino para surdos - o Instituto Nacional de Educação de Surdos - INES. Essa escola é uma referência na educação de surdos até os dias atuais. Tem como proposta a inclusão dos alunos surdos, garantindo a acessibilidade comunicativa para os mesmos, por meio de uma educação bilíngue. Investiga-se ainda as filosofias educacionais na educação de surdos em diferentes períodos até os nossos dias. Destaca-se o papel de Dom Pedro II para a história dos surdos, o qual trouxe um professor surdo da França, Ernest Huet, que foi peça fundamental para se consolidar a educação de surdos no Brasil e legitimar o uso da língua de sinais. Ainda expõe a legislação atual, com a promulgação da Constituição Brasileira de 1988 e demais leis importantes para a área.

**Palavras chave:** História. Império. Educação de surdos. Filosofias educacionais para surdos. Legislação.

### Introdução

Apresentamos a história da educação de surdos a partir da Europa e dos Estados Unidos, origem das principais fontes históricas na área, visto serem elas as primeiras sociedades a utilizarem a língua de sinais e a fundarem as escolas para surdos.

Seguimos o delgado fio da conturbada história da educação de surdos no contexto brasileiro, que começa a partir dos meados do império, mais precisamente em 1857, até os dias atuais.

---

<sup>1</sup> Professora Dra. do programa de Pós-Graduação na Educação da UEM.

<sup>2</sup> Professor de Libras da UTFPR no Câmpus de Campo Mourão/PR

Outrora vistos como pessoas de segunda classe, discriminados e segregados sob todas as formas sórdidas, as pessoas surdas sobreviveram com sua língua, sua cultura e identidade, provando sua competência e poder de decidir a melhor forma de educação que lhes deveria ser oferecida.

Dom Pedro II tem um curioso, porém, importante significado para o início da história da educação de surdos em nosso país. Outro aspecto interessante é a origem da nossa língua de sinais, que tem suas raízes linguísticas na França e não em Portugal, como nossa língua oral. Isso também se aplica na história da Língua de Sinais Americana, sendo apenas diferenciada por ter sido levada aos Estados Unidos por um outro professor surdo.

Nosso texto apresenta dois momentos históricos importantes para a temática. O ano de 1857 é o centro da história, que culmina no encontro do passado e do presente. Do passado em relação a como era a educação de surdos na Europa e Estados Unidos até o início em solo brasileiro. E do presente, daquele ano até nossos dias, a história nos apresenta momentos marcantes e dolorosos, cuja herança educacional ainda sofre consequências nos dias atuais.

Para o presente artigo utilizou-se a pesquisa bibliográfica, cujas referências, incluem professores universitários surdos, que contam a sua história e atuam proficuamente em universidades públicas renomadas do país e dão voz científica a este artigo.

## **1 A educação de surdos antes de 1857**

Encontramos na literatura em geral, especificamente no período da antiguidade, em que são perfilados inúmeros relatos de atrocidades sofridas pelas pessoas que nasciam deficientes. No tempo do apogeu dos gregos e dos romanos, não faltava preconceito, discriminação e desprezo da sociedade dos “normais” para as pessoas com deficiência. Enquanto os gregos veneravam o intelecto dos seus líderes e mestres, os romanos idolatravam corpos delineados por músculos expressivos e robustos. Esses povos não valorizavam as pessoas que não possuíam os atributos de intelectualidade ou de virtude corporal. As deformidades eram consideradas como aberrações ou castigos dos deuses.

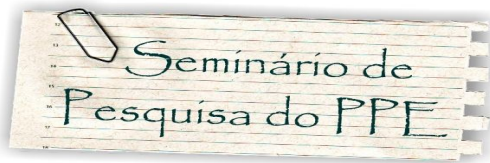
Segundo Garbe (2012, p. 96) no passado, “[...] a deficiência física era definida como algo demonizado, julgado como uma punição, uma consequência de culpa. A deformação ou a falta produzia os segregados, marginalizados e discriminados”.

Ferreira (2004, p.56) comenta em seu texto *A Educação no Portugal Barroco: séculos XVI a XVIII, a . da Inquisição Portuguesa, das desconfianças de todos para todos, das incertezas, das crises políticas, mudanças dinásticas, das guerras e alterações econômicas, das diversas correntes culturais, entre outros. Perguntamos: como e onde estaria a pessoa com deficiência num contexto destes? Como seria para as pessoas ouvintes, pertencentes à sociedade majoritária, pertencer ao grupo da minoria social? Sem dúvida nenhuma, as pessoas deficientes naquela época histórica passavam por enormes perigos de sobrevivência, senão a própria morte, visto que eram marginalizados e taxados de incompetentes.*

A partir da Idade Média, a educação europeia influenciou diretamente e expressivamente do restante do mundo com suas ideias e práticas pedagógicas. Estas informações históricas serão destacadas a seguir.

É interessante quando se compara a história, em uma mesma época, porém, em dois lugares diferentes. Enquanto no Brasil, a partir de 1500 os portugueses iniciam sua vinda para exploração e colonização, na Europa a educação de surdos está dando seus primeiros passos, que influenciariam mais tarde os demais países em suas práticas educacionais. Segundo Goldfeld (1997, p.25), “[...] o monge beneditino espanhol, Pedro Ponce de Leon (1520 – 1584), ensinou quatro surdos, filhos de nobres, a falar grego, latim e italiano, além de ensinar-lhes conceitos de física e astronomia”.

O mestre De Leon desenvolveu um método de educação de surdos que envolvia o alfabeto manual a escrita e a oralização, e criou uma escola de professores para surdos. Conforme Goldfeld (1997, p.25), no ano de 1620, também a Espanha, surge o livro *Reduccion de las letras y artes para enseñar a hablar a los mudos*, de Juan Martin Pablo Bonet. Esta obra discutia a respeito do alfabeto manual criado por Pedro Ponce de Leon. Esse alfabeto manual foi a base para a criação de outros alfabetos manuais pelo mundo. Cada país tem seu próprio alfabeto manual, assim como as línguas de sinais. Por exemplo, em Portugal o alfabeto manual e a Língua Gestual Portuguesa – LGP, é muito diferente da língua brasileira de sinais - Libras. Segundo o site da própria



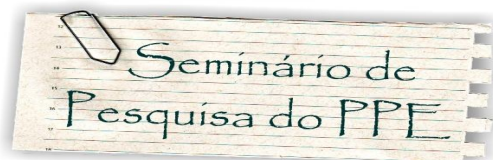
Associação Portuguesa de Surdos, enquanto a LGP tem sua origem na Língua de Sinais Sueca, a Libras tem sua origem na Língua de Sinais Francesa - LSF, que foi trazida ao Brasil pelo professor surdo Ernest Huet, em 1857.

Segundo Ramos (s/d p.2), o primeiro livro que abordava a língua de sinais, chamado de *Chirologia* – ou a língua natural da mão, de autoria de John Bulwer, data do ano de 1644, em Londres, acreditava que a língua de sinais era universal e icônica, pois os seus sinais imitavam os objetos reais do mundo, não havendo abstrações. A mesma autora publicou um segundo livro sobre o assunto, em 1648, chamado de *Philocopus*, defendendo a língua de sinais como capaz de expressar os mesmos conceitos que uma língua oral.

Goldfeld (1997, p. 26), destaca na França, em 1750, o trabalho de Charles Michel de L'Épée, conhecido como um educador filantrópico, mais especificamente, o pai dos surdos. Com o intuito de salvar o surdo, o abade francês se dedicou à sua educação religiosa, fundando o Instituto Nacional de Surdos-Mudos da França, cuja instituição é assumida pelo governo francês e os seus métodos educacionais foram difundidos pelos mais diferentes países do mundo.

Assim como o professor francês L'Épée queria salvar os surdos numa perspectiva religiosa, a história paralelamente nos apresenta um documento elaborado pelos Jesuítas – a *Ratio Studiorum* – que data entre os anos de 1551 e 1559 – e apresenta uma coletânea de metodologias, instruções pedagógicas e informações, cuja finalidade era de organizar, unificar e planejar os estudos da Companhia de Jesus, para os jesuítas docentes. Os jesuítas pretendiam salvar as pessoas onde tinham suas instituições tinha alcance mundo afora, conforme o texto da *Ratio*. Os soldados de Jesus, como eram denominados, objetivavam inclusive retomar a cidade de Jerusalém, em nome da religião.

Voltando à história dos surdos. Segundo Nogueira, (2010), em 1778, na Alemanha, criou-se uma escola em Leipzig, onde o representante na área da educação de surdos é Samuel Heinick, de onde surgem as primeiras ideias sobre a educação oralista, rejeitando a língua de sinais. Segundo a filosofia oralista, os sinais atrapalham a fala, impedindo dos surdos a falarem. A partir de então, surgem diversos outros métodos orais para a



reabilitação dos alunos surdos, focando aspectos clínicos em vez de pedagógicos, nas escolas orais para surdos, cuja filosofia oralista era vigente.

Para Goldfeld, (1997, p.26),

as metodologias do francês L'Epée e do alemão Heinick se confrontaram e ambas foram submetidas à análise da comunidade científica europeia da época. Os argumentos de L'Epée foram mais convincentes e por isso tiveram larga aceitação pelas demais escolas de surdos pela Europa, enquanto que para Heinick os recursos para a ampliação de seu instituto foram negados.

O oralismo objetivava a fala dos surdos ou, conforme explica Nogueira (2010), fazer com que os surdos se tornassem ouvintes e interagissem com o mundo usando o recurso da leitura labial e da fala. Já os simpatizantes dos sinais, utilizavam os mesmos para transmitir informações e ideias abstratas, embora naquele tempo, não se tinha a ideia, nem o conhecimento de que a língua de sinais seria uma língua, com gramática e tudo mais. Hoje se reconhece que cada comunidade surda, ou seja, de cada país, tem sua própria língua de sinais.

Sacks (1989, p. 37) relata:

Esse período que agora parece uma espécie de época áurea na história dos surdos testemunhou a rápida criação de escolas para surdos, de um modo geral dirigidos por professores surdos, em todo mundo civilizado, a saída dos surdos da negligência e da obscuridade, sua emancipação e cidadania, a rápida conquista de posições de eminência e responsabilidade – escritores surdos, engenheiros surdos, filósofos surdos, intelectuais surdos, antes inconcebíveis, tornaram-se subitamente possíveis.

Na América, mais precisamente nos Estados Unidos, em 1815 um professor americano chamado Thomas Hopkins Gallaudet viajou para a Europa para obter mais informações sobre a educação de surdos. Ele foi até a Inglaterra para se encontrar com Thomas Braidwood (1715 – 1806), um professor escocês de Edinburgh, tido como fundador a primeira escola para surdos no Reino Unido. Gallaudet foi até lá, pois havia ouvido falar de Braidwood e, por isso, objetivava conhecer e importar a metodologia de educação de surdos para a América.

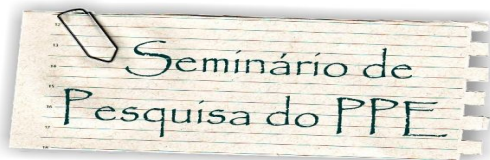
Segundo Strobel (2008) a missão de Gallaudet foi frustrada, diante da recusa de Braidwood de compartilhar suas informações pedagógicas ao estrangeiro americano. Diante disso, Gallaudet inicia seu caminho pra casa, antes porém, passa pela França, onde conhece o Abade L'Epée. Lá ele conheceu os métodos educacionais utilizados naquele país, isto incluía o alfabeto manual francês e os sinais franceses. Em 1817, dois anos após ter saído dos Estados Unidos, Gallaudet volta ao seu país, acompanhado por um dos melhores alunos de L'Epée, ou seja, Laurent Clerc, segundo Sacks (1989). Em solo americano eles fundem a primeira escola permanente para surdos, onde são utilizados sinais franceses com a fala inglesa, numa espécie de método misto. Mais tarde surge a filosofia da Comunicação Total, que teve uma existência muito breve na sua história, inclusive no Brasil.

Conforme Goldfeld, (1997), nos Estados Unidos, a educação segue seu rumo em pleno desenvolvimento e descobertas. A partir de 1821 todas as escolas de surdos seguem o mesmo padrão, ou seja, o uso de sinais para a comunicação entre professores e alunos. Esses sinais seriam o futuro do que hoje chamamos de Língua de Sinais Americana – ASL. Ela sofreu muita influência dos sinais franceses, devido à “importação” da metodologia e sinais franceses trazia por Gallaudet e Clerc da França. Neste período houve uma elevação no grau de escolarização dos surdos, que podiam aprender com facilidade as disciplinas ministradas em língua de sinais.

Esta mesma escola de Gallaudet, torna-se a Universidade Gallaudet para surdos, na capital americana, Washington, em 1864, que neste ano completa 150 anos de existência. No site da Universidade encontramos uma extensa programação dos festejos dos seus 150 anos.

Neste mesmo período na Europa, as escolas de surdos funcionavam em seu apogeu no uso dos métodos francês e alemão, ou seja, o uso de sinais e da oralização respectivamente. Havia dois grupos distintos que argumentavam a favor de seu método. Os educadores a favor dos sinais tinham os próprios educadores surdos e as comunidades europeia de surdos a seu favor.

No ano de 1880, em Milão na Itália, acontece o Congresso de Milão, que proíbe terminantemente o uso da língua de sinais nas escolas de surdos, em toda a Europa. Segundo Wrigley (1996), a história dos surdos é uma decepção,



simplesmente reinvocando e reescrevendo a dominação e a exclusão que têm mais frequentemente sido conhecidas como os “marcadores” da experiência histórica das pessoas surdas. Nenhuma outra ocorrência na história da educação de surdos teve um grande impacto nas vidas e na educação dos povos surdos.

De acordo com Strobel (2009, p.33),

havia 164 delegados no evento, sendo uma boa maioria de franceses e italianos a favor do oralismo, votou pela proibição da língua de sinais nas escolas da época. Apenas Estados Unidos e Inglaterra eram a favor do uso da língua de sinais. Os próprios educadores surdos foram proibidos de votar. Com a influência de Grahn Bell pelas criações de aparelhos auditivos, admirados e cridos como uma solução para a “cura” da surdez, o Congresso finalizou com a aprovação do método oral, único e exclusivo para a educação de surdos.

A partir de então, houve cem anos de domínio do oralismo na educação de surdos no mundo, tido como os anos de fracasso para muitos especialistas.

Enquanto isso acontecia na Europa, no Brasil, os anos de 1888 quando é assinada a Lei Áurea – da libertação dos escravos, e em 1889 quando é constituída a República no país, os surdos em sua educação passam a ser escravizados diante dos ditames do oralismo, sendo-lhes muitas vezes, atadas suas mãos para se comunicarem visualmente, obrigando a se manifestarem através da oralidade. Vemos dissonante estes dois lados, de um a liberdade, democracia e a evolução política e social do Brasil, de outro a escravidão, a ditadura e o retrocesso na educação de surdos.

Na década de 1960, a história nos revela uma grande “descoberta” que mudaria universalmente o caminho desta jornada. O professor da Universidade Gallaudet, sediada na capital americana, em Washington, Dr. William C. Stokoe percebe que a língua de sinais americana usada pela comunidade de surdos tem aspectos linguísticos. É a primeira vez que se relata algo, que já acontecia há anos, porém que nunca havia sido notado. O professor Stokoe se dá conta de que a língua de sinais americana é uma língua natural, completa e complexa, usada pela sociedade surda americana e que possuía aspectos linguísticos de estruturas da linguagem humana.

Ramos (s/d. p.4), relata

Pelo fato de as Línguas de Sinais indígenas serem usadas não só pelos surdos, mas, principalmente, na comunicação intertribal, apesar de terem sido aqueles primeiros estudos extremamente importantes, considera-se como data inicial dos estudos científicos das Línguas de Sinais dos surdos, os trabalhos realizados a partir de 1957 por William C. Stokoe sobre a ASL - American Sign Language, financiados pelo governo norte-americano. Sua primeira publicação, *Language Structure: An outline of the Visual Communication Systems of the American Deaf*, de 1960, é tida como marco, como “prova” da importância lingüística das Línguas de Sinais. Em 1965 ele publica, em co-autoria com D. Casterline e C. Cronoberg, o primeiro dicionário de Língua de Sinais (*A Dictionary of American Sign Language*), inserindo definitivamente o estudo das Línguas de Sinais na ciência lingüística.

A partir dessa descoberta, o mundo dos surdos ganha novo alento para prosseguir, na busca de melhores caminhos para a educação de surdos. Caminhos estes bem mais leves e felizes, do que aqueles das páginas atribuladas e adversas dos tempos da ditadura do oralismo.

Surge o redescobrimento e a oficialização da língua de sinais pelos mais diversos países do mundo. O termo redescobrimento é usado aqui no sentido de que já era usado há anos pelos surdos nas suas comunidades. Contudo, o mundo das pessoas ouvintes, os governos e as universidades não viam, não percebiam e não aceitavam que a língua de sinais pudesse ser uma língua. Aliás, foi nesta época que também se percebeu que haviam línguas de sinais, que não eram universais e que cada país possuía sua língua de sinais. No Brasil, Libras é oficializada em 2002, pela Lei nº 10.436 de 24 de abril, embora já fosse utilizada pelos surdos há muitos anos antes.

Hoje não se fala mais em filosofia educacional oralista, entretanto, discute-se e pesquisa-se muito a respeito do bilinguismo. O bilinguismo diz respeito a duas línguas, ou seja, no caso do Brasil, à libras e da língua portuguesa na modalidade escrita. Segundo o decreto nº 5.626/05 a libras passa a ser a língua de instrução dos alunos surdos e a língua das comunidades surdas brasileiras. A língua portuguesa deve ser estudada para ser lida, interpretada e escrita por parte dos surdos, porém, não falada.



## 2 O início da educação de surdos no Brasil – 1857

Dom Pedro II se destaca na história da educação de surdos. Segundo Strobel (2008, p.89), “deduz-se que o imperador D. Pedro II se interessou pela educação dos surdos devido ao seu genro, o Príncipe Luís Gastão de Orléans, (o Conde d’Eu), marido de sua segunda filha, a princesa Isabel, ser parcialmente surdo”. Contudo, não se tem confirmação desse fato.

A convite de Dom Pedro II, Ernest Huet, um professor surdo francês e sua esposa chegam ao Brasil, em 1855, com o objetivo de fundar uma escola para surdos. Em 26 de setembro de 1857 é fundado o INES, como hoje é conhecido, na cidade do Rio de Janeiro. Ele servia também como um asilo somente para meninos surdos de todo o Brasil, segundo Strobel (2008).

Quanto à legislação de fundação do INES, Doria (1958, p.171) detalha:

[...] quando a Lei nº 839, de 26 de setembro de 1857, denominou-o ‘Imperial Instituto de Surdos-Mudos’ (...), o artigo 19 do Decreto nº 6.892 de 19-03-1908, mandava considerar-se o dia 26 de setembro como a data de fundação do Instituto, o que foi ratificado pelos posteriores regulamentos, todos eles aprovados por decretos. Inclusive o Regimento de 1949, baixado pelo Decreto nº 26.974, de 28-7-49 e o atual, aprovado pelo Decreto nº 38.738, de 30-1-56, (publ. No D.º de 31-1-56), referindo à denominação de ‘Instituto Nacional de Surdos-Mudos’ (...) Tal instituição viu seu nome modificado recentemente pela Lei nº 3.198, de 6-7-57 (publ. No D.º de 8-7-57), para ‘Instituto Nacional de Educação de Surdos’ [...].

Strobel (2008), relata que o professor surdo Ernest Huet, teve enormes dificuldades para lecionar no INES, visto que as famílias brasileiras não reconheciam Huet como cidadão e não confiavam no seu trabalho pedagógico. Ele tinha poucos alunos. Muito diferente do professor surdo Laurent Clerc que foi aos Estados Unidos, que também era surdo e que fazia o mesmo trabalho numa escola para surdos, como Huet. Ambos eram franceses.

Mazzota (2001, p.29) explica sobre o professor Ernest Huet: “Começando a lecionar para dois alunos no então Colégio Vassimon, Huet conseguiu, em outubro de 1856, ocupar todo o prédio da escola, dando origem ao Imperial Instituto dos Surdos Mudos”.

De acordo com Strobel (2008), por motivos pessoais, o pedagogo pioneiro da educação de surdos no Brasil, Ernest Huet, após cinco anos na direção do Instituto, afastou-se dos seus trabalhos e viajou para o México em 1861, deixando que diretores ouvintes assumissem a direção do Instituto.

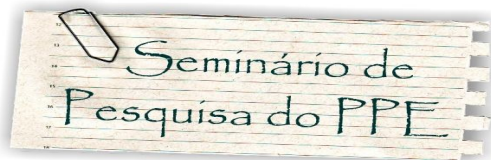
A escola do INES era o ponto de convergência e referência dos professores de surdos e dos próprios surdos da época. Eles usavam a língua de sinais francesa, trazida por Huet, e misturavam com a existente no país. Esta mistura originou mais tarde a língua brasileira de sinais – Libras, que usamos hoje. Assim como as línguas orais, as línguas de sinais se constituem a partir de outras existentes.

A partir da década de 1980 até 1990, renasce no Brasil o uso dos sinais, mais precisamente a filosofia educacional chamada de Comunicação Total, segundo Ciccone (1996). Essa filosofia se originou nos Estados Unidos, na tentativa de melhorar a educação dos surdos. Essa filosofia contempla toda forma de comunicação possível, ou seja, a fala, os sinais, o teatro, a dança, mímica, etc.

As escolas especiais iniciaram lentamente o uso de sinais, já que elas estavam enraizadas no oralismo. Aos surdos se deu voz e os professores ouvintes aprenderam os sinais com seus próprios alunos. Um clamor se levantou na educação especial para a abertura de novos caminhos, caminhos estes mais democráticos, mais naturais com o uso dos sinais. A língua de sinais no Brasil ainda não era oficial e não era ainda entendida como uma língua.

Paralelamente a esses eventos relativos aos surdos, ocorria o Manifesto dos Educadores Democratas em Defesa do Ensino Público, de 1959. Os educadores brasileiros mais expressivos reunidos naquele ano, faziam um manifesto ao povo e ao governo de então, reiterando o primeiro manifesto de 1932, de modo aberto e democrático. Neste intento, objetivam reivindicar mais atenção à educação no país, mais luz para a obscura ignorância na sociedade e na política, maior e melhor formação para os professores, entre outros itens. O manifesto reivindicava uma visão democrática e cidadã, de valores eternos como a honestidade, a verdade, o respeito, a responsabilidade.

No contexto paranaense, conforme Paraná (1983a), um movimento semelhante ocorre entre as décadas de 1980 e 1990, quando educadores conclamam por uma escola aberta e democrática, com uma política educacional centrada em valores democráticos e onde



alunos, pais e educadores pudessem ser livre na convivência e vivência cultural e na experimentação e pesquisa científica.

Tanto na escola de surdos quanto nas escolas de ouvintes e na sociedade brasileira em geral, um renascimento estava sendo clamado. Os manifestos chamavam a atenção da sociedade e do governo, de que estava na hora de mudar, de melhorar a situação. Enquanto os surdos clamavam pela sua língua, por uma língua que poderiam usar para pensar, comunicar e interagir, ambos os manifestos reivindicavam abertura, democracia, respeito, liberdade, cidadania.

Como percebemos, diferentes fatos em diferentes espaços, acontecem paralelamente ao longo da história, tornando-se atos históricos análogos.

### **3 A legislação brasileira a partir da Constituição de 1988**

Existem dois documentos legais além da Constituição Federal de 1988, que deram a estrutura e as condições necessárias para que a educação de surdos tomasse o formato que tem hoje. A partir da Constituição Brasileira de 1988, nosso país iniciou sua prática democrática em todos os âmbitos, níveis e situações da sociedade. A democracia ficou mais concreta e também na área da educação especial e nos movimentos surdos passou a ocorrer uma maior participação de todos, com o interesse e do apoio de todos a tornar a acessibilidade e a inclusão uma realidade. Isto se refere às próprias pessoas com deficiência. Eles mesmos “arregaçam as mangas” e vão discutir suas possibilidades, seus sonhos e direitos.

De acordo com Felipe (2006, p.45), a Constituição Federal de 1988, nos artigos 205 e 208, bem como a LDB – Lei de Diretrizes e Bases, nos artigos 4<sup>a</sup>, 58, 59 e 60, garantem às pessoas surdas o direito de igualdade de oportunidade no processo educacional. Contudo, isso não tem sido uma realidade nas nossas escolas.

A Constituição dá possibilidades para a construção de novos caminhos, respeitando os direitos de todos, e isso inclui as pessoas com deficiência, suas necessidades de acessibilidade e inclusão educacional e social.

A primeira lei que merece ser mencionada, a qual se refere à educação de todas as pessoas com deficiência, é a de número 10.098 de 19 de dezembro de 2000. Ela é o início das práticas dos direitos das pessoas com deficiência, junto com seus familiares e



simpatizantes. Ela estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas deficientes ou com mobilidade reduzida.

Conforme a lei nº10.098/00 destacamos o artigo 18: “O Poder Público implementará a formação de profissionais intérpretes de escrita em braile, língua de sinais e de guai intérpretes, para facilitar qualquer tipo de comunicação direta à pessoa portadora de deficiência sensorial e com dificuldade de comunicação”.

No artigo 18 aparece, pela primeira vez, termos da língua que usamos hoje: intérprete, língua de sinais, guia intérprete. O artigo é claro e direto, explicando como deve ser na prática. Isto é muito importante pois, denota entendimento correto das necessidades das pessoas com deficiência e senso de inclusão e acessibilidade, cujas práticas estão em andamento por todo o mundo.

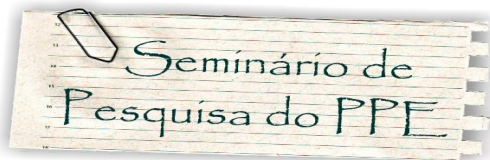
O segundo documento importante a ser destacado é o Decreto nº 5.626 de 22 de dezembro de 2005, o qual regulamenta a lei da Libras de nº10.436 de 24 de abril de 2002. É um documento específico sobre o uso e a difusão da Libras, como uma língua oficial no país. A promulgação desse Decreto foi um passo notável na história da educação dos surdos no Brasil, e coloca nosso país à frente de muitos países desenvolvidos, devido à visão e prática modernas de respeito, de inclusão e acessibilidade, como o mundo exige nos dias de hoje.

Seguem algumas determinações inovadoras desse Decreto:

Em primeiro lugar, o documento dá o status de língua à Libras – Língua Brasileira de Sinais. Com isso, o governo reconhece publicamente que esta língua precisa ser pesquisada nas universidades e ministrada em cursos formais com as demais línguas orais vivas hoje.

Orienta que Libras deverá ser ministrada como uma disciplina obrigatória em todos os cursos de licenciatura do ensino superior, bem como no curso de fonoaudiologia. Ela deverá ser difundida em todos os níveis escolares, bem como em órgãos e departamentos de empresas públicas e particulares.

Outro aspecto interessante é que o Decreto cria cursos superiores de letras-Libras, oportunizando uma formação superior para os interessados. Da mesma forma, cria cursos de formação para tradutores/intérpretes de Libras também a nível superior, oportunizando novos locais de emprego para estes profissionais.



Esse Decreto também garante o acesso à educação para as pessoas surdas, bem como acesso à saúde e a cursos de formação cuja acessibilidade é feita com profissionais tradutores/intérpretes de Libras, cursos esses em todos os níveis e em todas as áreas do conhecimento.

Ressaltamos ainda, a importância de profissionais tradutores/intérpretes na sua atuação em sala de aula para alunos surdos inclusos. São eles que possibilitam a acessibilidade do aluno usuário de Libras e atuam como intermediários entre o professor e os demais colegas ouvintes da escola. Muitos surdos hoje tem acesso à universidade graças a atuação de tradutores/intérpretes, cuja prática tem respaldo legal.

Tanto a lei da Libras de número 10.436 de 24 de abril de 2002, quanto o Decreto 5.626 de 22 de dezembro de 2005 foram documentos históricos memoráveis para a educação, para a cidadania, para a cultura e identidades surdas em nosso país. A partir de então, nosso país se coloca à frente de muitos outros países do mundo, devido à evolução no campo da educação e dos direitos das pessoas surdas. Trata-se de uma legislação moderna, aberta, democrática e que contempla as necessidades das comunidades dos surdos brasileiros.

As diversas leis brasileiras que tratam sobre inclusão e acessibilidade, em todas áreas da deficiência, formam uma tessitura construída ao longo dos últimos anos, que apresentam um sólido conhecimento político e social, bem como nas suas práticas um bojo concreto de realizações. Ainda que não atendam as necessidades postas, as realizações nos colocam em patamares que atendem ao padrão universal que transcende as fronteiras dos países e unifica as pessoas.

#### **4 Considerações Finais**

Ao pesquisarmos sobre a história da educação de surdos no Brasil e no mundo, passamos por quase cem anos de imposição do oralismo. Apesar de todo o sofrimento do povo surdo, sua língua não desapareceu, sua identidade e cultura também não perderam-se na história. Por que? Devido às táticas usadas por elas, para que sobrevivessem.

Aqui lembramos as palavras de Certeau (1998, p.102), quando nos apresenta os conceitos de estratégia e tática. Diz ele: “A tática é determinada pela ausência de poder, enquanto que a estratégia é organizada pelo postulado de um poder”. Apesar das atrocidades do oralismo no manejo de estratégias oficiais para impedir o uso da língua de sinais, usando os mais diferentes métodos de ensinar a falar impostos aos alunos surdos sob pressão moral e política, o povo surdo usou de táticas dissimuladas para a sua sobrevivência. A avalanche do oralismo dos cem anos passou, deixando para trás o espólio traumático que os surdos mais velhos ainda mantêm. É como se uma guerra tivesse acabado há tempo, mas que ainda encontra eco nas mentes conturbadas, cujas lembranças que restaram vão esmaecendo-se com o passar do tempo.

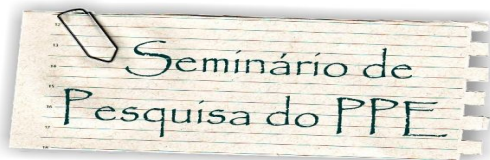
O povo surdo vingou! As táticas de sobrevivência eram os sinais utilizados nos corredores e no pátio da escola, quando nenhum professor ouvinte estava fiscalizando. Por debaixo das carteiras, quando o professor estava de costas para a turma, sem a sua percepção, os alunos surdos de modo disfarçado se comunicavam com as mãos, numa prova de cumplicidade e de identidade entre eles. Eis que agora vivem um novo tempo. A evolução das sociedades e das políticas do nosso globo democratizam nosso *modus vivendi* no século XXI, tornando-o bem mais globalizado, incluso e acessível para todos, e isso implica aos surdos também.

Hoje, vemos os outros, os diferentes, com olhares mais respeitosos, mais humanos e mais naturais. Mesmo com as diferenças, somos seres humanos e todos iguais diante da lei. Os surdos tem autonomia para decidirem o que querem, como e porque. Não há mais imposições das pessoas ouvintes determinando suas vontades aos surdos.

O bilinguismo é uma realidade brasileira arduamente construída ao longo da história. Com ele, o povo surdo brasileiro escreveu uma nova história no capítulo das suas vidas, com possibilidade de acesso ao conhecimento e conquista do livre arbítrio.

O cabedal legal jurisprudente brasileiro garante o respaldo necessário para a cidadania do povo surdo. O momento é de propostas e práticas de inclusão e acessibilidade.

Alguns obstáculos, no entanto, continuam a dificultar o processo. Quando teremos um surdo ocupando algum cargo político importante? Eles podem e tem plenas condições para tal. O que nos falta são os meios e a vontade política para fazê-lo. Quem sabe, precisamos fazer um novo manifesto.



## Referências bibliográficas

ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DE SURDOS - APS Origem da Língua Gestual Portuguesa Associação Portuguesa de Surdos. Disponível em <<http://www.apsurdos.org.pt>>. Acesso em 24 Abr. 2015.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF, 1988.

BRASIL Lei 10.436, de 24 de Abril de 2002. Dispõem sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras e dá outras providências.

BRASIL Decreto nº 5.626, de 22 de Dezembro de 2005. Regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõem sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras, e o art. 18 da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000.

CERTEAU, Michel de. **A Invenção do Cotidiano**. 3ª ed. Trad. Ephraim F. Alves. Petrópolis: Vozes, 1998.

DORIA, Ana Rímoli de Faria. **Compêndio de Educação da Criança Surdo-Muda**. Rio de Janeiro: 1958.

FELIPE, Tanya A. Políticas públicas para inserção da LIBRAS na educação de surdos. In: **Revista Espaço. Informativo Técnico Científico do INES**. Nº 25/26, JAN-DEZ./2006, P.33-47.

FERREIRA, António G.A. A Educação no Portugal Barroco: séculos XVI a XVIII. In: STEPHANOU, Maria e BASTOS, Maria Helena C.(orgs.) **Histórias e Memórias da Educação no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 2004, p. 56 a 76. Vol. I: Séculos XVI-XVIII.

GARBE, Douglas de Souza. **Acessibilidade às pessoas com deficiência física e a convenção internacional de Nova Iorque**. Revista Unifebe, Balneário Camboriú, v.10, p. 95-104, jan/jun. 2012.  
Disponível em: <http://www.unifebe.edu.br/revistadaunifebe/20121/artigo023.pdf.htm>. Acesso em: 6 mar. 2015.

GOLDFELD, Marcia. **A Criança Surda: Linguagem e Cognição numa Perspectiva Socio-interativa**. São Paulo: Plexus, 1997.

MAZZOTTA, Marcos J.S. **Educação Especial no Brasil: História e políticas públicas**. São Paulo: Cortez Editor, 2001.



NOGUEIRA, Clélia M. Ignatius; CARNEIRO, Marília I. N; NOGUEIRA, Beatriz N. **Língua Brasileira de Sinais – Processo Inclusivo na Educação Básica**. Maringá: Cesumar, 2010.

RAMOS, Clélia. **LIBRAS: A Língua de Sinais dos Surdos Brasileiros**. Disponível em <http://www.editora-arara-azul.com.br/pdf/artigo2.pdf> acesso em 04 mar. 2015.

RATIO STUDIORUM da Companhia de Jesus – Regime Escola e Curricular de Estudos: In: MIRANDA, M. **O Código Pedagógico dos Jesuítas**. Lisboa: Esfera do Caos, 2009.

RODRIGUES, Elaine. **A (Re) Invenção da Educação no Paraná: Apropriações do discurso democrático (1980 – 1990)**. Maringá: Eduem, 2012.

SACKS, Oliver. **Vendo Vozes**. Trad. Laura T. Motta. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

STROBEL, Karin L. **As Imagens do Outro sobre a Cultura Surda**. Florianópolis: UFSC, 2008.

STROBEL, Karin L. **História dos Surdos: Representações “Mascaradas” das Identidades Surdas**. In: QUADROS, Ronice M. e PERLIN, Gládis. (Orgs.). Estudos Surdos II. Petrópolis: Arara Azul, 2007, p.18 – 38.

STROBEL, Karin L. **Historicismo: O conflito do Congresso de Milão**. Disponível em <http://cicark2172.blogspot.com.br/2011/07/historicismo-o-conflito-do-congresso-de.html> Acesso em 8 de mar. 2015.

STROBEL, Karin L. **Surdos: Vestígios Culturais não Registrados na História**. 2008. 176 f. Tese. (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação. UFSC, Florianópolis.

WRIGLEY, Oliver, **Política da Surdez**, Washington: Gallaudet University Press, 1996.